

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os tripulantes de cabine da EasyJet em Portugal anunciaram que nos dias 1, 2 e 3 abril estarão em greve por aumentos salariais em condições de equidade face aquelas que são praticadas pela companhia noutros países, após o impasse em que se encontram as negociações do Acordo de Empresa, conforme resulta do comunicado do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC).

Resulta do pré-aviso de greve que “os tripulantes da EasyJet, que sempre tiveram uma postura séria de compreensão para as necessidades operacionais da Empresa ao longo dos anos, votaram unanimemente quando a empresa pediu um auxílio, aceitando congelar as suas condições de trabalho por 3 anos.”.

Num período particularmente difícil para a companhia, - que foi o período pandémico -, os seus trabalhadores assumiram um compromisso, em prejuízo próprio, de congelar o seu salário durante 3 anos. No entanto, ainda no período pandémico, a EasyJet não assegurou medidas de equidade para todos os seus trabalhadores, privilegiando uns, em detrimento de outros, consoante a sua localização geográfica.

Desde logo, e segundo o pré-aviso de greve, ainda na pandemia, a EasyJet apoiou as suas operações na Alemanha e no Reino Unido com “top ups” bastante superiores aos de Portugal. Já no período de retoma da operação, em Espanha a companhia decidiu assegurar somente àqueles trabalhadores uma garantia mínima, o que não aconteceu aos tripulantes de cabine portugueses, apesar das semelhanças entre as condições laborais de uns e outros.

Importa realçar que Portugal representa a segunda e quarta rotas mais rentáveis da companhia, cuja rentabilidade não tem acompanhado as condições salariais e laborais destes trabalhadores, contrariamente ao que aconteceu noutros países onde a companhia também desenvolve a sua atividade. Aliás, em muitos casos, e por força dos contratos sazonais celebrados pela empresa, existe uma visível degradação e injustiça nas condições salariais destes trabalhadores. Esta disparidade de tratamento é inaceitável.

Mais, a companhia atingiu, no ano de 2022, um recorde no número de passageiros transportados, para além de que existe a expectativa de que, no ano de 2023, estes números sejam ultrapassados. No entanto, esta retoma não tem reflexo na melhoria das condições salariais - e consequentemente de vida - dos trabalhadores da EasyJet, pelo menos no caso português.

A valorização geral dos salários - sem qualquer artifício que impeça um real aumento do rendimento do trabalho - é uma resposta essencial no atual contexto inflacionário, que terá de compensar, no mínimo, a inflação acumulada para os anos de 2022 e 2023.

O SNPVAC evidenciou que a companhia tem adotado uma postura de indiferença perante problemas há muito identificados, acrescentado que “sempre privilegiou a via do diálogo para resolução de diferendos entre as partes, mas que é seu dever desencadear todas as diligências necessárias para a salvaguarda dos interesses dos seus Associados e que é legítimo aos Tripulantes de Cabine pugnar para que seja reposto o seu poder aquisitivo perdido desde 2019, para que sejam cumpridas, pontual e escrupulosamente, todas as disposições do AE/CLA em vigor e para que seja respeitada a sua dignidade profissional.”.

Perante o exposto, importa que o Governo procure encontrar soluções junto dos trabalhadores e com as organizações representativas dos trabalhadores, para que, num período em que são feitos anúncios para dar resposta ao brutal aumento de preços, a que soma uma perda real de rendimentos de quem trabalha, em virtude da ausência de políticas de valorização salarial, não fiquem os tripulantes de cabine da EasyJet à margem destas medidas.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que soluções pretende o Governo encontrar junto dos trabalhadores e das organizações representativas dos trabalhadores para assegurar que os tripulantes de cabine da EasyJet em Portugal não continuam a ser alvo de uma desigualdade de tratamento salarial face a trabalhadores de outros países onde a companhia também desenvolve a sua atividade?
3. Que medidas irá Governo adotar para garantir que os tripulantes de cabine da EasyJet em Portugal não ficam à margem de políticas de valorização salarial, tendo também em consideração o próprio acordo de empresa, uma vez que, desde 2019, têm os seus salários congelados?

Palácio de São Bento, 27 de março de 2023

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)